

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 134 Rio de Janeiro, setembro de 2006

Vigor dos jovens na política

Montagem Pedro Koblitz sobre fotos de Fabiano Veneza e Rafael Wallace



Vozes que começaram vacilantes pela pouca experiência com a oratória, mas que ganharam confiança a partir da defesa de suas idéias. Articulações e formações de blocos. E a criação de laços de amizade. Tudo isso compôs a rodada regional do Parlamento Juvenil, projeto criado em 1998, através de uma resolução do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), e instalado pela primeira vez em 2003, por meio de um convênio com a Secretaria estadual de Educação.

Se nas duas primeiras edições o Plenário Barbosa Lima Sobrinho abriu suas portas para receber um representante de cada um dos 92 municípios do estado, desta vez a disputa por um lu-

gar ao sol começou mais cedo, no Parlamento Regional Juvenil - onde, dos 92 eleitos inicialmente nas escolas da rede estadual e da rede Faetec em todo o estado, foram escolhidos 40 para representar suas regiões na Alerj, em janeiro. Durante os meses de agosto e setembro, as cidades de Itaperuna, Paraty, Saquarema, Três Rios e Duque de Caxias receberam os encontros regionais, onde os jovens elegeram Mesas Diretoras, fizeram discursos e votaram projetos. Uma experiência que ainda serviu de cenário para o anúncio de outras mudanças, como o fim do voto secreto e a ampliação do projeto para os alunos do Colégio Pedro II.

PÁGINAS 4 e 5

CPI da Varig vai apurar venda da companhia aérea

PÁGINA 3

Seminário une Brasil e Japão pelo meio ambiente

PÁGINA 6

Comissão discute segurança com cônsules no estado

PÁGINA 7

Solução necessária e irreversível

COMISSÕES DA ALERJ REALIZAM EVENTO EM DEFESA DA INSERÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS INTERNADAS EM ABRIGOS

CLARISSE BRETAS

Adoção é irrevogável e irreversível. Com esta afirmação, foi aberto o IV Fórum de Avaliação de Políticas Públicas voltadas para Infância e Juventude, promovido pela Comissão Disque-Criança da Alerj, no dia 4, cujo tema foi adoção. Presidente da comissão, o deputado Paulo Melo (PMDB), que já foi morador de rua e freqüentou abrigos, lembrou que o fator primordial é que as crianças permaneçam no seio familiar sempre que possível. “Os filhos têm que ficar com os pais biológicos, mas estes, às vezes, se tornam algozes. Nesses casos, a adoção se faz necessária”, disse. Já o presidente da Comissão de Defesa da Criança, do Adolescente e do Idoso da Casa, deputado Iranildo Campos (PAN), ressaltou que muitos pais querem adotar um filho, mas poucos querem amá-lo. O promotor da Vara da Infância, Juventude e Idoso da capital, Carlos Oceano, concordou: “Nós temos 350 pais aptos a adotar um filho, mas não temos 350 meninas louras com poucos dias de vida para serem adotadas. Esses filhos ‘fora do padrão’ serão amados do mesmo jeito?”, questionou.

O também promotor da Infância, em Niterói, Sávio Bittencourt, disse que a



Rafael Wallace

Sávio Bittencourt condenou o abrigo: “É o genocídio civil desses menores”

adoção ainda é vista como uma excepcionalidade, último recurso a ser usado quando a criança não se adapta a sua família de origem. “O abrigo é uma solução provisória e funciona mal para essas crianças. É o genocídio civil desses menores”, lamentou Sávio, que defendeu ainda um banco de dados com o cadastro de todas essas crianças que estão em abrigos. “Cada uma delas tem que ter um cadastro, e a sociedade civil precisa saber disso: quem está nos abrigos”, defendeu Bittencourt.

A coordenadora do 4º Centro de Apoio

Operacional de Infância e Juventude do Ministério Público Estadual, Clisanger Ferreira, defendeu a implantação de um programa de apoio à família de origem. Ela lembrou que o Código Civil, de 2002, instituiu o único tipo de adoção permitido atualmente, por meio judicial. “A criança adotada passa a ser filho, tendo os mesmos direitos de um filho biológico do adotante”, ressaltou ela, completando que qualquer cidadão pode ser postulante a adoção, desde que seja maior de 18 anos. Durante o evento, a comissão lançou ainda a cartilha *O bê-a-bá da adoção*, com

Expediente
Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:
JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:
José Távora

3º Vice-presidente:
Sívuca

4º Vice-presidente:
Fábio Silva

1º Secretária:
Graça Matos

2º Secretário:
Léo Vivas

3º Secretário:
Marco Figueiredo

4º Secretária:
Aparecida Gama

1º Suplente:
Leandro Sampaio

2º Suplente:
Eliana Ribeiro

3º Suplente:
Nelson Gonçalves

4º Suplente:
Acárisi Ribeiro

Jornalista responsável:
Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:
Fernanda Galvão

Repórteres:
Gabriel Mendes
Luciana Ferreira
Pedro Motta Lima

Estagiários:
Aline Leal, Clarisse Bretas,
Dafne Capella, Fabiano Veneza,
Luciana Mendes, Marcela Maciel,
Marcela Palma, Sérgio Jardim,
Thayssa Plum

Fotógrafo:
Rafael Wallace

Diagramação:
Pedro Koblitz

Coordenação Gráfica:
Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:
Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:
2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786
site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br
Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DO MÊS

“Só temos duas opções: a passividade ou a ação. Somos jovens, mas discordo de que sejamos o futuro da Nação. Somos a própria Nação.”

Bruno Arcanjo, parlamentar juvenil eleito pelo município de Paracambi, que participou do projeto no pólo de Paraty



“Aqui, tivemos o compromisso de votar nos melhores projetos, e não nos nossos amigos.”

Inácio de Carvalho, parlamentar juvenil eleito por São José do Vale do Rio Preto, vice-presidente da Mesa Diretora do pólo de Três Rios

“Todos cumpriram suas tarefas. A cada um dos 11 que vão ao Rio em 2007, deixo um recado: seja deputado.”

Tiago dos Santos, parlamentar juvenil de Itaocara, que presidiu a Mesa Diretora no pólo regional de Itaperuna

CPI vai investigar venda da Varig

PRESIDENTE DA COMISSÃO DIZ QUE PODERÁ USAR DE FORÇA POLICIAL PARA GARANTIR DEPOIMENTOS AGENDADOS

DA REDAÇÃO

Foi instalada no dia 6 de setembro, pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a venda da Varig e seus desdobramentos. Presidida pelo deputado Paulo Ramos (PDT), no dia 13 a comissão tentou ouvir o chinês Lap Wai Chan, responsável pela compra da empresa, que não compareceu. Segundo o presidente da CPI, ele poderá ser conduzido a depor por força policial, a fim de que seja garantido o esclarecimento do caso. “Sei que esta CPI terá dificuldades para investigar a situação, que está cada vez mais obscura”, acredita o parlamentar.

Estão nos planos da comissão, ainda, ouvir o conselheiro e sócio da Volo do Brasil, empresa compradora da Varig, Marco Antonio Audi, e outros dois sócios da empresa, Luis Gallo e Marcos Haftel. Também deve ser ouvido o presidente da VarigLog, João Luiz Bernes de Souza. Vice-presidente da comissão, o deputado Paulo Melo (PMDB) lembrou que as CPIs possuem respaldo legal para obrigar o comparecimento de testemunhas que se recusem a prestar depoimento. “Essas ausências foram muito comuns durante a CPI do Propinoduto, da qual fui presidente, mas o Código de Processo Penal dispõe sobre a obrigatoriedade do comparecimento das testemunhas convocadas”, argumentou Paulo Melo.

A criação da CPI foi decidida após uma reunião entre o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), e líderes partidários. Na ocasião, Paulo Ramos e o líder do Governo na Casa, deputado Noel de Carvalho (PMDB), defenderam a criação da comissão alegando que até ameaças de morte foram feitas a ex-funcionários e pessoas que defendem a investigação sobre a venda da companhia aérea. “Recebemos uma série de denúncias durante as audiências públicas que realizamos com funcionários da Varig. Queremos saber as razões que levaram o Governo federal a intervir no Aerus, fundo de pensão dos funcionários; por que não houve um encontro de contas entre



Dafne Capella

Os deputados Paulo Ramos e Paulo Melo, na instalação da CPI: investigação em curso

Mobilização na Casa começou em 2003

A preocupação e o envolvimento dos parlamentares da Alerj com a crise da Varig não começou com a instalação da CPI. Em outubro de 2003, ano em que a Varig perdeu a liderança do mercado doméstico para a TAM, Noel de Carvalho (PMDB) presidiu uma audiência pública para discutir a importância estratégica do setor aéreo. No encontro, os funcionários da Varig defenderam um plano de reestruturação em que eles mesmos passariam a gerir a empresa.

Um ano depois, durante o seminário “A Aviação Comercial e a Soberania Nacional”, deputados e funcionários da Varig, TAM, Vasp e Gol pediram a participação do Governo na busca de so-

luções para a crise no setor. O encontro aconteceu na Associação Brasileira de Imprensa, e teve o apoio da Comissão Especial para a Crise do Setor Aéreo, presidida pelo deputado Geraldo Moreira (PMN). Em 2006, funcionários da Varig fizeram manifestações no Palácio Tiradentes pedindo apoio aos parlamentares. Em junho deste ano, o deputado Paulo Ramos levou ao juiz da 8ª Vara Empresarial, Luiz Roberto Ayoub, um documento elaborado pelos trabalhadores da empresa pedindo a homologação do leilão judicial da companhia e o afastamento daqueles que tentavam impedir a compra da Varig pelos funcionários, representados pela NV Participações.

os débitos e os créditos da companhia; o motivo pelo qual impediram os funcionários de assumir o controle da Varig, e quais as intenções da Variglog ao demitir os funcionários da companhia. Também precisa ser definida a situação das pessoas que trabalharam por cinco meses sem receber”, disse o pedetista.

De acordo com o presidente Jorge Picciani, os líderes partidários entenderam que “a entrada da Alerj nesta questão poderá impedir a ocorrência de atos de

maior gravidade”. Ramos e Noel apresentaram dados colhidos pela Comissão Especial da Casa que acompanhou todo o processo de privatização da Varig durante um ano. “A comissão tem um diagnóstico muito bem detalhado sobre a problemática da Varig e conhece as necessidades dos funcionários”, disse Picciani. Fazem parte da comissão, ainda, os deputados Noel de Carvalho, relator, Geraldo Moreira (PMN) e Alessandro Molon (PT), como membros efetivos.

Nos cinco pólos do estado, exercício de cidadania entre os jovens

DA REDAÇÃO

A etapa regional, que marcou a nova fase do Parlamento Juvenil, mostrou a maturidade de um projeto que começou em 2003 e já movimentou mais de 500 mil jovens em todo o estado. Com a experiência adquirida nas viagens pelos cinco pólos regionais, nos quais foi dividido o território fluminense, mudanças, como o fim do voto secreto, e planos como a expansão do projeto aos alunos do Colégio Pedro II, federal, e a criação do Espaço Parlamento Juvenil, no Palácio Tiradentes. Na etapa regional, foram escolhidos 40 jovens entre os 92 eleitos em todos os municípios do estado, para participar do Parlamento Juvenil na Alerj, em janeiro de 2007.

Itaperuna



Inaugurando os encontros do Parlamento Regional Juvenil, a etapa de Itaperuna reuniu jovens de 24 municípios do Noroeste do estado. Deste total, foram selecionados 11, que virão ao Rio em janeiro defender projetos voltados para a educação e a preservação do meio ambiente. Virão para o Parlamento Juvenil: Thamiros Fonseca, de Aperibé; Wendel Santos, de Bom Jesus do Itabapoana; Tamara Rodrigues, de Cantagalo; Érika Barros, de

Italva; Leandro Dutra, de Miracema; Francisco de Assis, de Natividade; Jeferson Porfírio, de Porciúncula; Aline Gonçalves, de Santa Maria Madalena; Fernando Miranda, de Santo Antônio de Pádua; Aline Reis, de São Fidélis, e Ive Oliveira, de Varre-Sai. Um detalhe curioso: nenhum dos integrantes da Mesa Diretora foi escolhido para a etapa final do projeto, à exceção do presidente, Tiago Santos, de Itaocara, que ficou como suplente.

Paraty



Segundo pólo a reunir os jovens eleitos para o Parlamento Regional Juvenil, o de Paraty, que abrigou representantes de 24 municípios do Sul fluminense, foi o primeiro a ter o andamento dos trabalhos influenciado pela divisão do grupo, a partir de articulações políticas. No final dos dois dias de encontro, a “direita”, liderada pelo presidente da Mesa Diretora, Arnaldo Rodegheri, de Engenheiro Paulo de Frontin, conseguiu eleger 100% dos escolhidos para representar a região no Rio de Janeiro, no ano que vem. Líder da “esquerda”, o vice-presidente da Mesa, Bruno Arcanjo, de Paracambi, chegou a

emocionar os colegas com seus discursos, mas ficou de fora do grupo eleito.

Além de Arnaldo, foram eleitos: João Paulo da Silva, de Itatiaia; Heron Leite, de Miguel Pereira; Janilsa da Silva, de Paty do Alferes; Thais de Almeida Rocha, de Mendes; Samara da Silva, de Paraty; Álvaro Machado Júnior, de Pirai; Yuri Brasil, de Resende; Aline Graça, de Valença; Bruno Nicolau, de Volta Redonda, e Thyago Soares, de Vassouras. Entre as propostas aprovadas estão projetos que criam cursos técnicos nas escolas estaduais e centros politécnicos nos municípios.

Squarema



Embalados pelo desempenho dos parlamentares juvenis do pólo de Paraty, foi a vez de os representantes do pólo de Squarema mostrarem o resultado de um trabalho de negociações e articulações políticas, particularmente o desenvolvido pelos eleitos entre as escolas da Baixada Litorânea II – que compreende os municípios de Maricá, Araruama, Squarema, Rio Bonito. Os representantes de todos estes municípios figuram entre os oito escolhidos para representar o pólo no Rio de Janeiro. Principal interlocutor do grupo, o representante da cidade anfitriã, Bernardo Roberto Cardoso Pinto, afirmou que o objetivo do grupo era “garantir a representatividade” entre os eleitos para a fase do ano que vem. Virão ao Rio, além de Bernardo, os jovens Diogo Mota Silva, de Ma-

ricá; Magno Lucas do Nascimento, de Araruama; Betânia de Carvalho Lopes, de Rio Bonito; Laís Rosália da Silva, de Silva Jardim; Fagner José da Silva Pena, de Rio das Ostras; Cristiane de Jesus Silva, de Iguaba Grande, e Fabrício Chaves Silva, de Armação dos Búzios.

A etapa de Squarema ficou marcada, ainda, pela quantidade de projetos sobre educação: dos 17 projetos, apenas um não tratava do assunto. Diante disso, o coordenador de Projetos Especiais da Alerj, Arlindenor Pedro de Souza, anunciou que, para a edição 2007/2008, serão apresentados temas para a elaboração dos projetos de lei. Também em Squarema foi anunciada a ampliação do Parlamento Juvenil, para incluir a participação de alunos do Colégio Pedro II.

Três Rios



O pólo de Três Rios também foi cenário para o anúncio de mudanças no sistema do Parlamento Juvenil. Depois da votação em Squarema, onde nenhum projeto foi rejeitado na etapa de votação aberta, em Três Rios, o voto fechado foi extinto, o que causou uma reviravolta na escolha dos projetos eleitos para representar a região no Rio. Participarão da etapa final, em janeiro: Camila Montel, de Teresópolis; Leonardo Rosa, de Areal; Rodrigo Brito, de Carmo; Diego Vieira, de Petrópolis e Devan Rodrigues, de Sumidouro.

Duque de Caxias



O último pólo regional, em Duque de Caxias, reuniu os 12 representantes da Região Metropolitana. Também lá as articulações políticas deram o tom dos trabalhos: os jovens dividiram-se entre “conservadores” e “oposição” – ala que saiu vitoriosa na escolha para a Mesa Diretora e na decisão sobre os cinco que virão para a Alerj, em janeiro. Farão parte da próxima etapa: Dejean Carlos, de Mesquita; Luíza de Oliveira, de Nilópolis; Alexsandra Soares, de Niterói; Marcos de Oliveira, de Nova Iguaçu, e Michael Douglas da Silva, de São Gonçalo.

Parcerias nipo-brasileiras em debate

FÓRUM REALIZADO NA ALERJ MOSTRA EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS NO JAPÃO PARA PRESERVAR MEIO AMBIENTE

GABRIEL MENDES

Diametralmente opostos no globo terrestre, Brasil e Japão estão muito próximos quando o assunto é consciência ambiental. Nos dias 24 e 25 de agosto, ambientalistas dos dois países se reuniram no I Fórum Internacional de Meio Ambiente Brasil-Japão, sediado na Alerj, para discutir o desenvolvimento mundial sustentável. O resultado da conferência foi um produtivo intercâmbio de experiências, que pode ajudar os dois países a aprimorar seus programas de preservação ambiental.

Da terra do sol nascente, os professores japoneses trouxeram propostas inovadoras, como a realização de plebiscitos para decidir impasses ambientais. “Fizemos o primeiro plebiscito para interromper a instalação de um reator nuclear, há 10 anos. Desde então, várias administrações locais têm feito consultas à população em questões ambientais”, ressaltou o professor Yukihiro Asaoka, da Universidade Agrícola de Tóquio. Os palestrantes nipônicos também apresentaram programas de educação ambiental, coleta seletiva e produção energética a partir da biomassa.

A posição vanguardista japonesa no



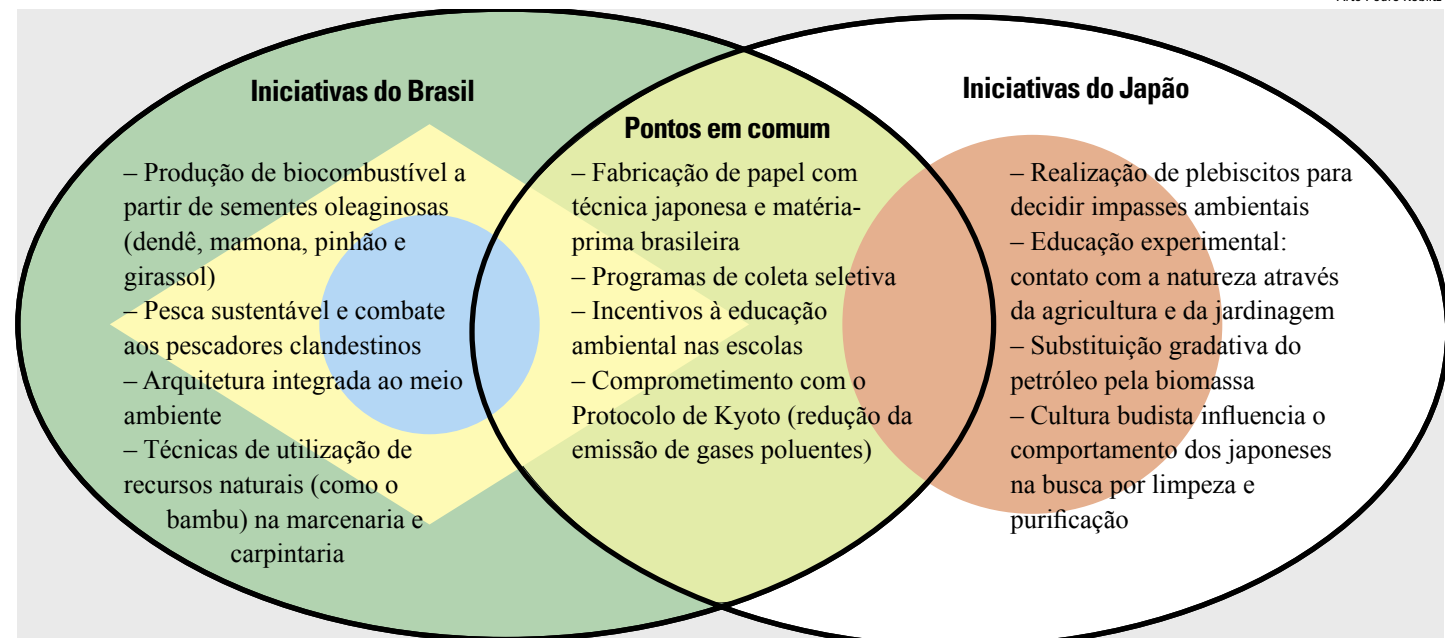
O professor Jumpei Kanazashi mostrou como produzir papel sem agredir o meio ambiente

que tange à conservação ambiental tem razões históricas e culturais. Após a Segunda Guerra Mundial, os alarmantes índices de poluição do ar e das águas forçaram o Japão a redobrar os cuidados com o meio-ambiente no seu processo de reconstrução. Por outro lado, a própria cultura budista, que preconiza limpeza e purificação, influencia o comportamento dos orientais. “No Japão, você não vê lixo jogado no chão”, observou o historiador Sachio Negawa, da Universidade de Brasília, radicado

no Brasil há dez anos.

O espírito de cooperação nipo-brasileiro pode ser sintetizado pelos projetos de fabricação de papel que conciliam técnicas japonesas e matéria-prima brasileira. “No Brasil, descobrimos o curauá, uma planta amazônica que tem a fibra mais resistente do mundo”, contou o professor Jumpei Kanazashi, que há seis anos ensina pequenos produtores paraenses a produzir papel com plantas nativas, sem agredir o meio ambiente.

Arte Pedro Koblit



Cônsules pedem política para turismo

PRESIDENTE DE COMISSÃO QUER UMA REUNIÃO A CADA SEIS MESES, PARA AVALIAR IMAGEM DO RIO NO EXTERIOR



A comissão enviará um relatório ao Ministério do Turismo com as sugestões dos cônsules

CLARISSE BRETAS

Investimentos em segurança, turismo cultural e no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Estas foram as principais reivindicações dos 18 cônsules que se reuniram, no dia 13 de setembro, com o presidente da Comissão de Turismo da Alerj, deputado Glauco Lopes (PSDB). De acordo com o parlamentar, todos elogiaram a exuberância natural do Rio de Janeiro e sua vocação turística, mas também criticaram a falta de uma política de turismo. O parlamentar sugeriu que as reuniões com os cônsules sejam feitas a cada seis meses. “Precisamos saber qual a imagem que o Rio tem lá fora, porque 40% dos turistas que vêm ao Brasil escolhem o nosso estado como destino. Temos que tomar providências, porque quem sai perdendo somos todos nós”, ressaltou Lopes. Ele lembrou também a importância de essas providências serem tomadas o mais rápido possível, devido à proximidade com os Jogos Pan-Americanos, que serão realizados na cidade, no ano que vem.

O cônsul do Chile, Horacio Del Valley, foi o único da reunião a fazer duras críticas à política de turismo e de segurança no estado. Ele disse que tem assistido a propaganda eleitoral e não tem visto propostas concretas para o setor. Representante da Itália, Ernesto Bellelli mostrou-se preocupado com a segurança dos turistas

ao chegarem à cidade pelo Aeroporto Internacional. Bellelli sugeriu a instalação de câmeras ao longo da Linha Vermelha, para ajudar na proteção dos turistas, evitando os assaltos na via expressa. O representante do Japão, Takeshi Kamitani, lembrou que a conclusão do PDBG é de suma importância para a atividade turística do estado. Já o cônsul da Espanha, Rafael Fernández-Pita, lembrou que a imagem da cidade está muito vinculada ao turismo sexual, e criticou o alto custo de uma viagem para o Brasil, fruto da falta de políticas específicas. Glauco Lopes concordou com a necessidade de se investir em turismo receptivo, segurança e limpeza urbana, para atrair mais turistas para o Rio de Janeiro. “O problema já foi identificado, falta a solução. Além disso, temos que identificar os turistas em potencial, porque eles deixam divisas no estado”, salientou o parlamentar.

A comissão vai elaborar um relatório com as sugestões apresentadas na reunião, que será enviado ao ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, à governadora do estado, Rosinha Garotinho, ao prefeito César Maia, aos cônsules e às entidades ligadas ao turismo no estado, como a TurisRio. Estiveram presentes os cônsules de Áustria, Suécia, Portugal, Argentina, Venezuela, Estados Unidos, França, Espanha, Japão, Itália, Peru, Chile, México, Luxemburgo, Panamá, Canadá, Angola e Finlândia.

CURTAS

Capacitação

A busca pela excelência no atendimento aos fluminenses tem levado a Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj a se aperfeiçoar. Depois da ida para o andar térreo do novo Centro Administrativo, nos próximos quatro meses será a vez de os funcionários da comissão passarem por treinamentos. Nos dias 11 e 12 de setembro, os 63 funcionários tiveram aulas sobre o Código de Defesa do Consumidor e os desdobramentos referentes à compra de produtos. Segundo a palestrante do curso de capacitação, a advogada Claudia Guariento, a idéia é que a cada mês um tema seja abordado. “No próximo mês debateremos sobre serviços públicos e privados, englobando questões como telefonia, água e gás”, explicou. De acordo com a advogada, o grande inimigo dos consumidores é a falta de conhecimento. “Por isso a importância da comissão nesse esclarecimento e solução dos casos”, disse.

Empresa autuada

A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) autuou a empresa Serviflu, prestadora de serviços de coleta de lixo e calçamento para a prefeitura de São Gonçalo, por oito irregularidades. O processo é resultado de uma blitz feita pela Comissão de Trabalho da Alerj em parceria com a DRT, no mês de agosto, onde foram flagrados empregados sem carteira assinada, realização de refeições em locais inadequados, falta de equipamentos de proteção individual e atraso no pagamento dos vales-transporte. Agora, um dossiê com as irregularidades e fotos tiradas durante a blitz está sendo elaborado pela Delegacia e pela comissão, para ser encaminhado ao Ministério Público. “Os direitos dos trabalhadores têm de ser respeitados”, ressaltou o presidente da comissão, deputado Gilberto Palmares (PT).

Mobilização pela posse da terra

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS VAI AO ITERJ GARANTIR O DIREITO DE EX-MORADORES DO CANAL DO CORTADO

THAYSSA PLUM

As famílias que moram no Canal do Cortado, no Recreio dos Bandeirantes, conquistaram mais um aliado na disputa pelo terreno, travada contra a Prefeitura do Rio de Janeiro há mais de três meses. Em reunião intermediada pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj, no dia 13 de setembro, o gerente de regularização fundiária do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), Nelson Lima, informou a moradores e ex-moradores do local que abriu um processo administrativo para transferir a titularidade da posse do terreno para os membros da comunidade. Das 45 famílias que residiam no local, a prefeitura retirou 37, indenizando-as com cheques entre R\$ 3,5 mil e R\$ 15 mil, emitidos pela empresa Rio Massa, que pretende construir um condomínio no terreno ao lado.

O presidente da comissão, deputado Geraldo Moreira (PMN), considera a ação da prefeitura uma agressão. “O dever da administração pública é zelar pelo interesse público, não contrariá-lo. A comissão vai continuar se articulando com órgãos como o Iterj, o Ministério Público e a Defensoria Pública, a fim de defender o direito básico da moradia”, garantiu o parlamentar. “Faremos uma análise topográfica e uma pesquisa fundiária para provar que o terreno não é público, como alega a prefeitura. Depois, pediremos a transferência da posse tendo em vista a usucapião, ou seja, a aquisição legítima da propriedade pelas famílias mediante a sua posse ininterrupta, neste caso, por mais de cinco anos”, argumentou o gerente do Iterj. Nelson pediu que as famílias reúnam todos os documentos que possam provar a usucapião, como contas de luz e fotografias antigas.

Segundo o gerente do Iterj, houve arbitrariedade por parte da administração municipal quando esta chamou as famílias ao programa “Morar sem risco” para assinar um termo de compromisso em que concordavam com o valor da avaliação de suas casas feita pela prefeitura, assumiam que residiam em área de risco e



Fotos Fabiano Veneza



Tatiane Rodrigues deixou a casa no Canal do Cortado e hoje vive com outras cinco pessoas em um quitinete. Nelson Lima, do Iterj, vai lutar pela transferência de posse

comprometiam-se a deixar o local em três dias. “Esta ação contraria a lei orgânica do município, que determina o reassentamento das famílias. A indenização é uma humilhação, um cala-boca”, acredita.

O não reassentamento dos moradores levou muitas famílias a mudar a sua rotina e passar por dificuldades. Tatiane Rodrigues, de 21 anos, que morava no Canal do Cortado com a filha de três anos e o marido, reuniu os R\$ 7 mil recebidos pela sua casa com os R\$ 7 mil recebidos pela casa da irmã e os R\$ 10 mil recebidos

pela casa dos pais. A família de seis pessoas, que morava no local há 12 anos, conseguiu comprar apenas uma quitinete em Rio das Pedras. “Minha filha não estuda mais, porque perto da nossa nova casa não tem creche pública. Além disso, vou ter que pedir demissão. Antes, eu ia andando até o emprego. Agora, levo muito tempo para ir e voltar e não tenho com quem deixar minha filha”, lamenta Tatiane, que é atendente em um supermercado. Ela garante que, caso consiga a posse do terreno, volta a morar no local.